ISSN: 2358-8829

CURSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR (PAE)

Hilma Cristina Cunegundes de Amarantes[1]
Maisa Alves de Lima[2]
Priscila Ferreira dos Santos[3]

INTRODUÇÃO

A consolidação da Educação Inclusiva no sistema educacional brasileiro representa um dos avanços mais significativos na garantia dos direitos fundamentais e no acesso à cidadania plena de pessoas com deficiência. Historicamente marcados pela exclusão, segregação e institucionalização, os estudantes públicos-alvo da Educação Especial (PAEE) passam a ter assegurado, pela legislação nacional vigente — com destaque para a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI nº 13.146/2015) —, o direito inalienável ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em turmas regulares do ensino comum.

No entanto, a garantia formal do direito de matrícula não esgota o compromisso da gestão pública com a efetivação de uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva. A simples presença física do estudante com deficiência em sala de aula regular não assegura a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetónicas, comunicacionais e pedagógicas. Nesse cenário, destaca-se a figura do Profissional de Apoio Escolar (PAE), agente fundamental no cotidiano das unidades escolares. O PAE desempenha atribuições essenciais no suporte às Atividades da Vida Diária (AVD) — tais como alimentação, higiene e locomoção — e às Atividades da Vida Instrumental (AVI), colaborando diretamente para a autonomia, o bem-estar e a integração sociocultural do estudante no ambiente escolar.

A despeito da relevância de sua atuação, observa-se frequentemente uma lacuna na formação inicial e continuada desse contingente profissional. Em muitas redes municipais, os profissionais de apoio assumem suas funções sem o devido embasamento teórico-prático acerca das características do público-alvo da educação especial, dos fundamentos legais da inclusão, do manejo comportamental e do uso de Tecnologias Assistivas. Essa carência formativa pode gerar inseguranças, desvios de função ou posturas paternalistas que reprimem a emancipação do estudante, em vez de promovê-la.

ISSN: 2358-8829

Diante dessa problemática, a Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru-PE estruturou e implementou o "Curso de Formação em Serviço para Profissionais de Apoio Escolar (PAE): Competências e Práticas no Atendimento ao Estudante com Deficiência". A iniciativa foi concebida para atender à necessidade imperativa de qualificação dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino, visando à padronização das condutas, ao aperfeiçoamento das técnicas de mediação e à consolidação de uma rede colaborativa entre PAEs, docentes regulares, atendimento educacional especializado (AEE) e equipes gestoras.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a concepção, a estrutura metodológica e os impactos da formação em serviço direcionada aos Profissionais de Apoio Escolar de Caruaru-PE. Especificamente, busca-se:

1. Mapear as atribuições éticas e legais do PAE no contexto da escola inclusiva;

2. Discutir a fundamentação teórico-metodológica que sustenta as práticas de mediação e o uso de recursos assistivos no ambiente escolar;

3. Avaliar a dinâmica de organização pedagógica e a ementa modular desenvolvida durante o curso;

4. Apontar a relevância da formação continuada para a construção de um ambiente educacional pautado na equidade, na autonomia e na eliminação de barreiras.

O texto organiza-se em seções compostas por: fundamentação teórica contextualizada; detalhamento dos procedimentos metodológicos da formação; apresentação e discussão dos conteúdos modulares e dos resultados observados nas 16 turmas de cursistas; e considerações finais com prospectivas para as políticas municipais de educação inclusiva.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e qualitativa, na modalidade relato de experiência de gestão e mediação pedagógica. A investigação fundamenta-se na análise da concepção, organização e execução do programa de Formação em Serviço para Profissionais de Apoio Escolar (PAE), desenvolvido pela Equipe de Inclusão da Secretaria de Educação e Esportes (SEDUC) da Prefeitura Municipal de Caruaru, Pernambuco, durante o ano de 2025.

Público-Alvo e Organização Operacional

ISSN: 2358-8829

O programa formativo abrangeu a totalidade dos Profissionais de Apoio Escolar contratados e efetivos em exercício na rede municipal. Para garantir a eficiência pedagógica e o atendimento individualizado às dúvidas dos participantes, a infraestrutura formativa foi dividida em 16 turmas distintas (identificadas de Turma A a Turma P), com teto máximo de 35 estudantes por turma, totalizando uma cobertura de aproximadamente 560 profissionais.

As turmas foram distribuídas estrategicamente ao longo de dois dias da semana (terças-feiras e quartas-feiras), nos turnos da manhã (08h às 12h) e da tarde (13h às 17h), sob a mediação direta de formadoras da Equipe de Inclusão da SEDUC.

A organização das turmas da Formação de Profissionais de Apoio Escolar (PAE) foi estruturada em 16 turmas, com capacidade para 35 cursistas por turma e carga horária total variando de 40h. Os encontros ocorrem às terças e quartas-feiras, divididos em dois turnos: no turno da manhã, das 8h às 12h, são atendidas as Turmas A, B, C, D e E nas terças-feiras, e às Turmas I, J, K, L e M nas quartas-feiras; no turno da tarde, das 13h às 17h, realizam-se as atividades das Turmas F, G e H nas terças-feiras, e das Turmas N, O e P nas quartas-feiras. A mediação pedagógica de todo o programa é realizada pela equipe composta por Maísa, Priscila, Wanessa, Hilma, Hélida e Sandra.

Carga Horária e Estrutura Temporal

O curso foi estruturado com uma carga horária presencial acrescida de atividades complementares 40h totais a depender das oficinas práticas e atividades de dispersão). A jornada pedagógica compreendeu 08 encontros presenciais mensais, de março a outubro de 2025, com duração de 5 horas por encontro presencial.

Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

A avaliação do impacto do curso e a sistematização das evidências empíricas foram realizadas por meio de:

1. **Mapeamento de necessidades prévio:** Diagnóstico aplicado via formulários e reuniões com gestores e PAEs para identificação das principais demandas de formação;

2. **Registros de frequência e diários de bordo das mediadoras:** Acompanhamento da assiduidade e das dúvidas mais recorrentes apresentadas pelos cursistas durante os debates modulares;

ISSN: 2358-8829

3. **Avaliação formativa e produtos pedagógicos:** Análise dos materiais produzidos nas oficinas de jogos adaptados, relatórios de atividades complementares e apresentações dos seminários integradores no 7º encontro;

4. **Respeito aos aspectos éticos:** As informações apresentadas preservam a identidade individual dos estudantes acompanhados pelos PAEs e cumprem as diretrizes do uso ético de relatos de experiência no campo da Educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica que orientou a elaboração do plano de trabalho e da ementa do curso ancora-se na articulação entre a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, os princípios da Educação Inclusiva contemporânea e o modelo social da deficiência.

A Mediação Pedagógica na Perspectiva Histórico-Cultural (Vygotsky)

Lev Vygotsky (1997) postula que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (como memória voluntária, atenção concentrada, pensamento abstrato e linguagem) é mediado por instrumentos e signos culturalmente construídos. No âmbito da Educação Especial, a premissa vygotskiana ganha relevância através do conceito de *compensação social da deficiência*. Para o autor, a limitação biológica ou orgânica (deficiência primária) não determina, por si só, o teto do desenvolvimento do indivíduo. São as barreiras sociais, a falta de estímulo e a ausência de mediação qualificada (deficiência secundária) que produzem o impedimento do aprendizado.

Nessa ótica, o Profissional de Apoio Escolar atua como um **mediador social da aprendizagem e do desenvolvimento**. O PAE não substitui o regente da turma nem assume o papel de docente, mas cria "pontes" entre o estudante com deficiência, os objetos de conhecimento e o grupo de pares. Ao prestar auxílio no momento exato e na medida necessária (atuando na Zona de Desenvolvimento Proximal — ZDP), o profissional favorece a transição da dependência para a autonomia gradativa.

A Escola como Espaço de Diversidade e Equidade (Mantoan)

Maria Teresa Eglér Mantoan (2003; 2015) advoga que a inclusão escolar exige uma mudança radical na arquitetura pedagógica da escola tradicional. A inclusão não consiste em "adaptar o aluno para que ele caiba na escola", mas em **reestruturar a escola para que ela acolha a todos em suas singularidades**. Mantoan critica o modelo de integração — que historicamente exigia a normalização do sujeito para concessão do acesso — e defende o direito irrestrito à diferença sem desigualdade.

Inserido nessa dinâmica, o PAE é um agente de equidade. Sua presença em sala de aula viabiliza que estudantes com comprometimentos severos de locomoção, comunicação

ou autonomia pessoal participem das rotinas escolares ao lado dos demais colegas, sem que sejam segregados em salas especiais ou mantidos à margem das atividades pedagógicas propostas pelo professor regente.

O Modelo Social da Deficiência e a Remoção de Barreiras (Booth & Ainscow)

Tony Booth e Mel Ainscow (2002; 2011), idealizadores do *Index para a Inclusão*, propõem que a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo de aumento da participação e de **redução/eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação**. A abordagem desloca o foco da "incapacidade do indivíduo" para os "obstáculos presentes no ambiente".

A Tabela a seguir sintetiza a evolução conceitual que sustenta a formação em serviço do PAE:

Paradigma	**Concepção da Deficiência**	**Papel do Ambiente Escolar**	**Atuação do Profissional de Apoio**
Médico-Biológico	Centrada no déficit, na patologia e no sintoma individual.	Neutro; o aluno deve adaptar-se à estrutura existente.	Cuidador passivo, assistencialista e focalizado na limitação.
Integrador	Aceita o aluno desde que ele demonstre capacidade de acompanhar.	Realiza adaptações pontuais e isoladas para o aluno "especial".	Acompanhante exclusivo que isola o estudante do restante da turma.
Social / Inclusivo	Resultante da interação entre a lesão e as barreiras do ambiente.	Dinâmico; elimina barreiras atitudinais, físicas e pedagógicas.	**Mediador de autonomia**, promovendo participação e acessibilidade.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados empíricos e dos relatos emergentes ao longo dos 08 encontros do programa formativo revelou avanços significativos na compreensão conceitual e na postura prática dos Profissionais de Apoio Escolar da rede municipal de Caruaru-PE.

Estruturação Ementática e Articulação dos Módulos
A ementa do curso foi desenhada de modo progressivo, conectando as bases teóricas, legais e éticas com os aspectos práticos da rotina escolar.

O cronograma e a ementa modular do Curso de Formação para Profissionais de Apoio Escolar (PAE) de 2025 organizaram-se em oito encontros mensais, realizados de março a outubro. A jornada pedagógica iniciou-se em março, no 1º encontro (25/03), abordando as atribuições e a ética do PAE na relação com a escola e a família, acompanhadas de atividade complementar. Em abril, no 2º encontro (22 e 23/04), foram apresentados os fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, juntamente com os tipos de deficiências e suas implicações. O 3º encontro, realizado em maio (13 e 14/05), focou nas Atividades da Vida Diária (AVD) e Atividades da Vida Instrumental (AVI), além da prática com Tecnologia Assistiva (software LIVOX) e atividade complementar. Em junho, o 4º encontro (03 e 04/06) tratou da aprendizagem e do desenvolvimento no contexto inclusivo, complementado por atividade prática.

A segunda metade do curso começou em julho, no 5º encontro (08 e 09/07), voltado à prevenção de acidentes na escola, ao manejo de conduta e às técnicas de primeiros socorros. Em agosto, o 6º encontro (27 e 28/08) promoveu a Jornada Inclusiva com uma oficina de jogos adaptados e atividade complementar. O 7º encontro ocorreu em setembro (09 e 10/09), dedicado à apresentação dos seminários da prática pelos cursistas e à realização de atividade complementar. Por fim, o ciclo formativo encerrou-se em outubro, no 8º encontro (07 e 08/10), com a conclusão do curso, a entrega da certificação e um momento cultural.

Análise Sistematizada das Categorias de Achados Empíricos

1. Delimitação Ética e Identidade Profissional (Módulo 1)

Nos encontros iniciais, identificou-se que muitos cursistas confundiam suas atribuições com funções estritamente fabris, de limpeza geral da escola ou, no extremo oposto, com a responsabilidade de planejar os conteúdos pedagógicos (função exclusiva do docente regente). A discussão do Módulo 1 permitiu delimitar a identidade do PAE: um profissional de suporte que atua em parceria colaborativa com a docência, garantindo

acessibilidade e suporte à vida diária, sem assumir a regência nem permitir o abandono assistencial do estudante.

2. Compreensão da Deficiência além do Diagnóstico (Módulo 2 e 4)

A abordagem dos fundamentos da Educação Especial auxiliou no desmonte do "mito do laudo". Os cursistas relataram que, antes do curso, a recepção de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual (DI) ou Paralisia Cerebral (PC) era acompanhada pelo medo do desconhecido. A formação proporcionou o entendimento de que o diagnóstico clínico traz indicativos, mas não determina as potencialidades singulares de cada sujeito.

3. Prática de Autonomia: AVD, AVI e Tecnologia Assistiva (Módulo 3)

O trabalho direcionado às Atividades da Vida Diária (AVD higiene, alimentação, vestuário) e Atividades da Vida Instrumental (AVI organização do material, orientação espacial, uso do refeitório) desconstruiu a cultura da superproteção. Os profissionais compreenderam que "fazer pelo aluno" retira dele a oportunidade de aprender; o correto é "fazer COM o aluno", oferecendo níveis decrescentes de ajuda (ajuda física total, ajuda física parcial, pista verbal e autonomia).

A introdução ao software de Comunicação Alternativa e Aumentativa (LIVOX) demonstrou como a tecnologia assistiva pode dar voz a estudantes não verbais, reduzindo episódios de frustração e comportamentos de esquiva.

4. Segurança, Primeiros Socorros e Manejo Comportamental (Módulo 5)

A inclusão de orientações sobre prevenção de acidentes e primeiros socorros respondeu a uma das maiores demandas de ansiedade dos profissionais. Foram simuladas manobras de desobstrução de vias aéreas, manejo seguro em crises convulsivas e contenção física protetiva e não violenta em momentos de desregulação sensorial/comportamental, assegurando a integridade física do estudante e do PAE.

5. Materialização Pedagógica: Jogos Adaptados e Seminários (Módulos 6 e 7)

A *Oficina de Jogos* (6º encontro) e a *Apresentação dos Seminários* (7º encontro) representaram o ápice da produção autoral dos cursistas. Os PAEs confeccionaram jogos sensoriais, pranchas de comunicação personalizadas com recursos de baixo custo (E.V.A., papelão, velcro) e adaptadores para escrita e manuseio de tesouras. Nos seminários, cada equipe socializou os estudos de caso trabalhados ao longo do ano, evidenciando avanços reais na mobilidade, socialização e alfabetização dos alunos acompanhados.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso formativo vivenciado no "Curso de Formação em Serviço para Profissionais de Apoio Escolar (PAE)" promovido pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru-PE demonstrou que a qualificação continuada desses profissionais é uma pré-condição indispensável para a consolidação de redes de ensino genuinamente inclusivas.

A investigação evidenciou que a oferta de espaços estruturados de escuta, fundamentação teórica e prática de oficina pedagógica produz transformações diretas na cultura escolar. Dentre os principais avanços constatados, destacam-se:

- **Superação do assistencialismo:** A transição de uma postura meramente cuidadora para uma atuação focada no desenvolvimento da autonomia (AVD/AVI) e na mediação social do estudante;
- **Valorização da identidade do PAE:** O fortalecimento da autoimagem do profissional de apoio como agente pertencente à comunidade escolar e parceiro estratégico do professor regente;
- **Qualificação do atendimento prático:** A incorporação de recursos de Tecnologia Assistiva, estratégias de comunicação alternativa e técnicas seguras de manejo e primeiros socorros.

Como prospecção para pesquisas futuras e aprimoramento das políticas públicas municipais, recomenda-se a institucionalização permanente do programa de formação continuada para PAEs no calendário anual da rede, bem como o fomento de momentos formativos integrados (reunindo em um mesmo espaço o professor regente, o professor do AEE e o PAE), fortalecendo a governança colaborativa em prol da Educação Inclusiva.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru-PE, à Gerência de Educação Inclusiva e a todos os Profissionais de Apoio Escolar que participaram ativamente das formações durante o ano de 2025, reafirmando diariamente o compromisso com uma escola pública inclusiva, democrática e de qualidade para todos os estudantes.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. *Index for Inclusion: developing learning and participation in schools*. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. *E-Mosaicos*, v. 7, p. 3-25, 2019.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, L. S. *Obras Escogidas V: Fundamentos de Defectología*. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.